

III Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação

10 a 13 de setembro de 2019 | Naviraí - MS



GESTINO: uma proposta de desenvolvimento de software para o gerenciamento de planos de ensino

**Nicholas Eduardo Lopes dos Santos,
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – IFMS,
nicholas.santos@ifms.edu.br**

**Simone Morais Limonta,
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – IFMS,
simone.limonta@ifms.edu.br**

RESUMO

O desenvolvimento de planos de ensino é uma atividade inerente ao professor. Logo, lhe ajuda a compreender quais ações devem ser realizadas em um período letivo para lograr êxito no seu trabalho. Para tanto, revisões frequentes são necessárias para adequá-lo às intempéries do período letivo. As instituições de ensino disponibilizam ferramentas para gestão de planos de ensino aos professores. Porém, em muitos casos, essas ferramentas apenas registram a proposta inicial do plano, isto é, não fornece meios para que o professor realize o monitoramento e controle de seus planos. Como essa atividade exige um esforço grande do professor, este trabalho propõem o desenvolvimento de um software que minimize o esforço do registro do plano de ensino e maximize o controle e monitoramento da execução do plano de ensino, da estratégia de avaliação e da estratégia de recuperação de aprendizado dos estudantes. Esse trabalho será executado conforme o modelo de processo de desenvolvimento de software ágil de forma iterativa e incremental. Espera-se, ao final do projeto, que a ferramenta maximize o tempo do professor e lhe permita que reflexões sobre seu processo de ensino e aprendizagem sejam revistas.

Palavras-chave: planejamento; software; plano de ensino; métodos ágeis.

III Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação

10 a 13 de setembro de 2019 | Naviraí - MS



O sujeito que está na sala de aula ou em um ambiente virtual de ensino a distância tem o interesse e a necessidade de conhecer o itinerário educativo proposto pelo docente. Não obstante, é dever e obrigação deste “elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino” (BRASÍLIA: SENADO FEDERAL, 2017, p. 14). Logo, o planejamento, além de ser necessário ao bom desempenho das aulas, também permite reflexões sobre o processo de ensino e aprendizagem (GARCIA, 1984; SCHEWTSCHIK, 2017). Cabe ressaltar aqui que a elaboração e execução do plano de trabalho (conhecido também como plano de ensino) deve ter relação direta com os objetivos do projeto político pedagógico (PPP) da instituição e do projeto pedagógico do curso (PPC) (NOGUEIRA, 2009). Esses documentos servem de base para a elaboração dos objetivos dos planos de ensino e é a partir deles que o docente conseguirá: estabelecer as estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; organizar os dias letivos, suas horas-aulas; planejar as avaliações e suas horas de preparação; planejar seu desenvolvimento pessoal; tal qual está definido no art. 13, da Lei 9.394/96 (BRASÍLIA: SENADO FEDERAL, 2017).

A reflexão proposta anteriormente não deve ser realizada somente no momento do planejamento, mas sim periodicamente. Esse processo é conhecido por planejamento baseado em ondas sucessivas (PMI, 2013), ou seja, cada atividade planejada é avaliada durante sua execução: se é verificado que ela está desviando dos objetivos apresentados no plano então deve ser reajustada; senão, dá-se sequência a próxima atividade. Porém, como é possível verificar se uma atividade, no meio acadêmico, está atingindo o objetivo proposto no plano de ensino? Para uma empresa cujo objetivo é o de “conquistar dois novos clientes por mês, no ano vigente” (NOGUEIRA, 2009), basta fazer uma análise quantitativa das vendas, agora, para uma instituição de ensino cujo objetivo, por exemplo, consiste em “formar um cidadão crítico e reflexivo para atuar na sociedade” (NOGUEIRA, 2009), como saber que, ao término do curso, essas características foram desenvolvidas no discente? Se é possível, o quanto? Uma alternativa a este cenário seria o de relacionar os objetivos a um conjunto de números, valores e variáveis que pudessem refletir os objetivos pedagógicos sem descaracterizar suas intenções (NOGUEIRA, 2009). É claro que esta não é a melhor solução visto que a subjetividade inerente ao objetivo está relacionada a um vasto conjunto de variáveis que podem influenciar direta ou indiretamente no julgamento do sujeito. Contudo, pode ser uma oportunidade, mesmo que singela, de obter informações que ajudem a refletir e a repensar as estratégias definidas no plano

III Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação

10 a 13 de setembro de 2019 | Naviraí - MS



de ensino.

Logo, esse projeto de pesquisa tem o objetivo desenvolver um software para desktop que permita ao professor realizar o gerenciamento de seus planos de ensino independentemente de acesso a uma rede de computadores (intranet ou internet) ou de um sistema operacional. Ele será construído com base na relação entre os objetivos, as estratégias de avaliação e os conteúdos programáticos. Para isso, o processo de desenvolvimento do software basear-se-á em metodologia ágil, no paradigma orientado a objetos e na arquitetura de desenvolvimento de software MVC (Model View Controller) (SOMMERVILLE, 2003) com interface gráfica do usuário adaptada às necessidades de gerenciamento de plano de ensino de um professor do ensino médio/superior que além de auxiliá-lo no monitoramento de seus planos também fornecerá informações sobre a situação de aprendizagem tanto coletiva quanto individual dos discentes.

Nesse software, o professor poderá: 1 – lançar frequência do estudante; 2 – registrar as avaliações e suas respectivas notas com ou sem peso; 3 – registrar o atendimento ao estudante; 4 – Verificar se os objetivos propostos estão sendo atingidos.

O lançamento de frequência dos estudantes nem sempre pode ser realizado em sala de aula devido à ausência de conexão com a internet. Logo, o software disponibilizará um mecanismo para importar os dados dos estudantes e fornecer uma interface para registro de presença deles.

O registro de avaliações poderá ser realizado em dois formatos: técnico e comportamental. O registro técnico está relacionado diretamente àquelas avaliações que visam medir o quanto o estudante aprendeu do conteúdo programático da unidade curricular (ou disciplina). A literatura disponibiliza diversas técnicas de avaliação. Já o registro comportamental está relacionado a medição dos comportamentos esperados do estudante, por exemplo: responsabilidade, compromisso, pontualidade, ética. Estas características estão ligadas diretamente àquelas exigidas tanto pelo mundo do trabalho quando estabelecidas na Lei 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASÍLIA: SENADO FEDERAL, 2017). Essas características serão avaliadas de acordo com: as entregas das atividades extracurriculares; os registros de participação em sala de aula; o registro de presença em sala; e a realização das atividades avaliativas regulares.

Com isso, espera-se que a utilização desse software, além de garantir uma relação

III Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação

10 a 13 de setembro de 2019 | Naviraí - MS



hierárquica entre o conteúdo programático, a estratégia de avaliação e sua aplicação e os objetivos do plano de ensino (MAIMON; ROKACH, 2010), também forneça informações que ajudem o professor, durante a etapa de execução desse plano, a identificar a defasagem de aprendizagem tanto da turma quanto do discente e indicar quais são as dificuldades coletivas ou individuais apresentadas pelos discentes em relação ao conteúdo programático proposto.

REFERÊNCIAS

BRASÍLIA: SENADO FEDERAL. Lei De Diretrizes E Bases Da Educação Nacional - Lei no 9.394/1996. Edição do ed. Brasília - DF: Secretaria de Editoração e Publicações, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 17 jun 2019.

GARCIA, Consuelo de M. Planejamento de ensino: fase de preparação. Educar em Revista, n. 3, p. 9–34, Dez 1984. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601984000100003&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 17 jun 2019.

MAIMON, Oded e ROKACH, Lior. Data Mining and Knowledge Discovery Handbook. Second Ed. ed. Boston, MA: Springer US, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/0-387-25465-x_2%5Cnhttp://link.springer.com/content/pdf/10.1007/978-0-387-09823-4.pdf>. Acesso em: 12 mai 2019.

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. Projeto Político Pedagógico (PPP) - Guia prático para construção participativa. 1. ed. São Paulo: Érica, 2009. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536522326/cfi/4!/4/4@0.00:0.00>>. Acesso em: 12 mai 2019.

PMI, Project Management Institute. Um Guia do conhecimento em gerenciamento de projetos (GUIA PMBOK). 5. ed. Pennsylvania, USA: Project Management Institute, Inc, 2013. Disponível em: <www.pmi.org>. Acesso em: 12 mai 2019.

SCHEWTSCHIK, Annaly. O Planejamento de aula: Um instrumento de garantia de aprendizagem. 2017, Curitiba, PR: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ, 2017. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26724_13673.pdf>. Acesso em: 12 mai 2019.

SOMMERVILLE, Ian. Processos de engenharia de requisitos. PEARSON (Org.). Engenharia de Software. 6. ed. São Paulo: [s.n.], 2003.